

Primeira versão concluída em 15 de Fevereiro de 2014 e revista em Janeiro de 2015

O CONHECIMENTO DA HISTÓRIA

Problemas sobre Método, Conceito e Teoria

Por *Rui Tavares Maluf**

Sumário

Apresentação

A História como Objeto e como Área de Investigação

A Evolução

Historiografia: a História da História

O Fato e a Versão: amigos e inimigos da Ciência?

A Teoria é adversária do Fato?

Causalidade ou Influências

Chegando ao Fim, por enquanto

Agradecimento

Referências Bibliográficas

Apresentação

Meu objetivo nas linhas que se seguem é fazer um pouco de relato e de comentário sobre a evolução da História enquanto uma área de conhecimento e não o de me debruçar sobre qualquer evento histórico. Procuo destacar um pouco da sua gênese, de seus avanços, mas também dos seus percalços. Acredito que qualquer indivíduo, seja jovem ou adulto, tem alguma curiosidade pela História enquanto um desenrolar de acontecimentos por menor que esta possa ser e, provavelmente, já prestou alguma atenção nos relatos feitos sobre o passado de seu país e do mundo com interesse genuíno, pois é quase natural querermos saber como chegamos até aqui e como as coisas se tornaram o que são. Da mesma maneira que faço esta afirmação, acredito, igualmente, que grande parte dessa curiosidade está casada a relatos de **GRANDES ACONTECIMENTOS** enfatizando indivíduos com ações heroicas ou mesmo em sentido oposto, marginais, mas todas revestidas de muitas emoções centradas em personalidades que nada ou quase nada guardam de relação com nossa vida cotidiana. Tais acontecimentos seriam **ÚNICOS**, não reproduzíveis. O exemplo do que afirmo está nas boas vendas dos livros de História, ao menos das **BIOGRAFIAS** e/ou de **EVENTOS ESPECÍFICOS**, alguns dos quais até rivalizam com livros de puro entretenimento e auto-ajuda. Recentemente, até mesmo autores brasileiros (não historiadores acadêmicos) publicaram livros da História do Brasil os quais obtiveram expressiva aceitação do público e comercialização nas livrarias e feiras, como é o caso do jornalista Elio Gaspari, com a publicação de quatro volumes sobre a Ditadura Militar de 1964 e de Laurentino Gomes com seus títulos baseados em datas específicas (1808, 1822, e 1889)¹. O primeiro, pela própria amplitude do assunto no tempo e no espaço e também por se tratar de obra muito extensa, voltou-se para um público mais restrito. Os três outros, de Laurentino Gomes, atingiram público mais amplo devido às características opostas do primeiro.

A História como Objeto e como Área de Investigação

Por ser a História (passado, acontecimentos) alguma coisa a despertar geralmente um real interesse nas pessoas, nem sempre por motivos bem justificados quanto à pesquisa desenvolvida, é que entendo ser importante dela tratar enquanto um campo de conhecimento. Pois os métodos de transmiti-la aos estudantes ou ao grande público podem fazer grande diferença sobre como passamos a conhecê-la.

¹ - Vale registrar que uma boa parte destas obras histórico-biográficas ou de grandes acontecimentos não foi produzida por historiadores da Academia, e às vezes nem de formação. Existe um campo de publicações propriamente acadêmicas, talvez muito mais densas e consistentes, mas sem o charme das que são publicadas por tais escritores, e consequentemente, com pouca tiragem e poucas vendas. Contudo, mais recentemente, há alguns sinais de que talvez isso esteja mudando, pois escrever bem e de forma atraente não são coisas incompatíveis. A propósito, o historiador brasileiro, Jaime Pinsky, da Universidade de São Paulo (USP), publicou livro de grande qualidade intitulado *Por que gostamos de História* (Contexto: 2013)

Em linhas bem gerais, a finalidade da História em sua origem é a preservação da **MEMÓRIA**, ou seja, do **PASSADO**, de forma a compreender o presente e, eventualmente, vislumbrar o futuro. E o que caracteriza o seu objeto e o diferencia da ficção é que o primeiro tem compromisso com o **FATO**², isto é, com aquilo que **ACONTECEU** no passado, seja este muito recente como de épocas de escassos registros. Porém, esta primeira caracterização é muito genérica e – conquanto permita distingui-la de obras ficcionais³ - pouco a diferencia de outras ciências sociais, como a sociologia, a economia etc., pois todas estas inegavelmente se orientam para os fatos. Contudo, o fator **TEMPO**, ou a **CRONOLOGIA**, já é uma dimensão mais propriamente da História do que das demais ciências sociais, embora ainda assim as demais não os excluam por completo. Mas embora levando em conta fato e tempo como meios de caracterizar esta forma de conhecimento, existe outra questão a ser respondida: a História é Ciência? Ou melhor, a História é uma Ciência Social?

Para tentar responder esta pergunta, tenha-se em conta que por um lado a História é um termo cuja origem repousa na **ANTIGUIDADE**⁴ e muito do que autores chamados de historiadores em diferentes épocas produziram até pelo menos o século XVIII raramente se ligava a uma demonstração dos **REGISTROS**⁵ com os quais trabalharam que fosse capaz de dar sustentação para as afirmações feitas. Por vezes, esses autores se reportavam a épocas muito anteriores à que tinham vivido eles próprios. Assim, é como se a palavra do historiador se transformasse no próprio fato que ele narra. Ademais, vários deles produziram trabalhos muito mais definidos como **COMENTÁRIOS** do que efetivamente **RELATOS** e **INTERPRETAÇÕES BASEADAS NOS FATOS**, enquanto os mais sofisticados dentre estes estavam muito mais para **FILOSOFIA**.

A Evolução

Os séculos XVIII e XIX se constituem naqueles nos quais o conjunto das ciências vai ganhando um corpo próprio a diferenciá-lo de outras formas de explicação do mundo. As ciências sociais,

² - Porém, o respeito aos fatos por si só não transforma a história em ciência. É uma pré-condição dentre outras, conquanto uma das mais relevantes.

³ - Contudo, é necessário reconhecer que uma corrente da História, surgida no final do século XX, como nova História Cultural, chega até mesmo a defender que esta se encontra próxima da Literatura, da ficção, ou com esta se confunde. Tal vertente é profundamente influenciada pela Antropologia.

⁴ - Hérodoto, considerado o pai da História por ser um dos primeiros autores de que se tem registro empregando tal termo, nasceu provavelmente em Halicarnasso (atual Bodrum, Turquia), que à época pertencia ao mundo grego, no ano incerto de 484 Antes de Cristo e tendo vivido até 425 Antes de Cristo, aproximadamente. Há dois locais prováveis para sua morte: em Thuria, na Calábria, ou Pella, na Macedônia. A despeito de Heródoto ser considerado oficialmente com o pai da História a obra de Flavio Josefo é também uma das obras inaugurais da História. Mas Josefo é do início da Era Cristã. Nasceu em Jerusalém, provavelmente em 37 e faleceu por volta do ano 100, em Roma.

⁵ - Ora, na medida em que mostro a História enquanto forma de conhecimento que aparece na Antiguidade e a ciência tal como é por nós conhecida se desenvolverá muitos séculos adiante na época do Renascimento e, especialmente, do Iluminismo, já haveria aí um longo período no qual esta forma de preservar a memória nada teria de científica.

na esteira das ciências da natureza, começam a elaborar princípios e regras de conhecimento que passam a ser reconhecidos como científicos na segunda metade do século XIX com o aparecimento da economia, da sociologia e outras. Durante certo tempo de sua jornada inicial, boa parte das ciências sociais viveria a dificuldade de forjar uma **IDENTIDADE PRÓPRIA** e tentaria se valer dos métodos das ciências naturais⁶, os quais, todavia, se aplicam a objetos inanimados ou a animais destituídos do nível de inteligência humana. Esta diferença é fundamental para que se possa compreender a diferença entre sujeito e seu objeto (fato). No mundo das ciências físicas e naturais o objeto é externo ao sujeito⁷. De forma um tanto simplificada a rejeição a esse esforço rotulou tal tentativa de **POSITIVISMO**, quase uma ofensa (ainda hoje) para quem assim é chamado nesta área, pois haveria muito mais crença (valores) do que ciência na ideia de que os fatos são externos aos indivíduos como nas naturais, ou seja, se apresentariam aos olhos dos cientistas os quais disporiam de **TREINAMENTO** e dos **INSTRUMENTOS** (ferramentas) para coletá-los de forma **OBJETIVA** e **IMPARCIAL**⁸ como um astrônomo em busca de novas estrelas, ou um zoólogo tentando identificar novas espécies animais. Porém, nessa fase, os Historiadores ainda não explicitam preocupação como seus colegas da economia, sociologia, da antropologia e outros, em se tornar uma ciência, conquanto alguns deles produzam trabalhos que poderiam ser classificados de uma ciência social.

Para a História, o passo seguinte que ocorrerá já nas primeiras décadas do século XX é a constatação por muitos historiadores da **ACADEMIA**⁹ de que a História não era ciência, ou, ao menos, ainda não se forjara como uma ciência social e se quisesse vir a ser teria de se inspirar nas ciências sociais desenvolvidas no século anterior. Isto implicaria que o historiador teria de formular um **PROBLEMA** para aquilo a ser conhecido, o seu **OBJETO** de investigação, como dispor de **TEORIA**, de **HIPÓTESES**, ou na impossibilidade de hipóteses ao menos de **PERGUNTAS ORIENTADORAS**, enfim, de um conjunto de **MÉTODOS** os quais comprometeriam o sujeito em busca do conhecimento como parte inseparável do processo de

⁶ - Me parece que até hoje continua a ser um pouco assim em algumas de suas áreas, ou subáreas.

⁷ - Tenha-se presente, contudo, que a zoologia lida com animais complexos, alguns dotados de razoável nível de inteligência. Será que nesse caso o objeto deixa de ser externo ao pesquisador?

⁸ - Esclareço primeiramente que a denominação correta para identificar tais historiadores seria a de Metódicos; Escola Metódica, inspirada certamente no Positivismo de Augusto Comte. Este percurso da História, especialmente a partir do final da segunda década do século XX, levará ao surgimento na Universidade de Estrasburgo, França, de um grupo de historiadores, o qual terá em comum fazer a crítica de toda a Historiografia anterior e a convicção de o que eles propunham (por mais diversificado e, eventualmente, contraditório que fosse) por meio da Revista dos Annales, a qual os fará ser reconhecidos por tal nome, ou mesmo como a 'História Nova' (LE GOFF: 1990). Volto a tratar disso adiante.

⁹ - Refiro-me a historiadores da Academia, pois nem todos os indivíduos que ficaram conhecidos como tal tiveram um percurso de vida por dentro desta instituição. Muitos atuaram e ainda atuam como "free lancers", ou "amadores". Tal realidade não é uma particularidade desta área de conhecimento, valendo até mesmo para uma ciência natural como a astronomia, conquanto ocorra importantes diferenças entre a História e Astronomia em relação a algo tão caro às ciências como a **DEMONSTRAÇÃO** e a **VALIDAÇÃO**.

conhecimento e **INFLUENCIANDO** seu objeto de estudo¹⁰. Sob essa perspectiva da relação entre sujeito e objeto, este último seria agora encarado como **PARTE** do olhar do pesquisador. Ou seja, a esta época já era possível constatar um acúmulo importante de trabalhos na sociologia, na economia, os quais marcavam uma clara diferença de profundidade e consistência. Porém, a História correria o risco de produzir uma profunda mudança e romper com alguma coisa constitutiva à sua **IDENTIDADE**, assegurando que esta não era sociologia ou qualquer outra ciência social, a saber, o **INÉDITO**, ao invés do **PADRÃO**. A historiografia estaria marcada por registrar os eventos únicos, os quais não se repetem definidos como **FATOS HISTÓRICOS**¹¹. Afinal de contas, não existe outro Sete de Setembro de 1822 para a Proclamação da Independência do Brasil. Tal acontecimento é único. A sociologia e outras ciências sociais trabalham com padrões, procurando identificar as **REGULARIDADES** que se constituem em **VARIÁVEIS** (ou **DIMENSÕES**), capazes de influenciar – ou até mesmo determinar – outras variáveis¹².

Historiografia: a História da História

Ao oferecer resumidamente a explicação acima, acrescento ao que escrevi na apresentação desse texto que o conhecimento da História também é um processo de conhecimento da **HISTÓRIA DA HISTÓRIA** e dos **HISTORIADORES**, isto é, do que e como os historiadores a abordaram, ou se preferirmos, é a **HISTORIOGRAFIA**. Ou seja, ao atentarmos para a Historiografia, observaremos que esta não se constitui em um corpo único, como de resto também não o é o restante das ciências sociais. Há correntes teóricas distintas, como métodos, e instrumentos e até mesmo fontes próprias de onde se coletam os dados. Talvez ainda haja um grande percurso a ser trilhado para que este campo encontre um núcleo um tanto mais unificado. De qualquer maneira, isso não quer dizer que a História e as ciências sociais exijam um pensamento único uma vez que o questionamento, a dúvida, são elementos importantes da prática científica. A unificação desejada se refere à **VALIDAÇÃO** de qualquer trabalho dessa área que se pretenda científico, a qual só pode ocorrer pela **DEMONSTRAÇÃO** do que

¹⁰ - Mas não se conclua daí que tal sentença significaria ausência de **RIGOR**, o que espero ficar claro pela menção feita de que a História precisaria de Hipóteses, ou seja, respostas provisórias a serem obrigatoriamente submetidas a teste.

¹¹ - Há que se distinguir, ainda, fato de fato histórico. O primeiro é um fato qualquer. Exemplo: um brasileiro contemporâneo do Príncipe Regente Pedro que gritasse Independência ou Morte certamente não se constituiria em um fato histórico.

¹² - É nesse sentido que se fala de **VARIÁVEL INDEPENDENTE** (aquela escolhida pelo pesquisador para verificar se há associação com outra variável, sua força, e, eventualmente, sua capacidade de influenciar ou determinar outra) e **VARIÁVEL DEPENDENTE** (isto é, a que é observada, e, eventualmente condicionada pela independente). A partir dessas duas muitas outras se fazem necessárias, mas na essência são as mesmas. A diferença das demais é propriamente na função que exercem para o pesquisador. Para o que desejo aqui, as duas mencionadas são suficientes.

OBJETIVAMENTE se propôs a demonstrar, mediante a apresentação dos **CONCEITOS**¹³, dos **MÉTODOS** que orientaram tal empreendimento e de que minimamente tais conceitos e métodos também sejam reconhecidos como parte do **PROCESSO** de investigação científica. Toda pesquisa deve ser transparente (respeitada algumas necessidades básicas de sigilo), para que possa ser **SUJEITA À CRÍTICA**¹⁴ de seus pares em pé de igualdade.

Se me parece certo que esse núcleo de historiadores da Revista dos Annales propiciou investigações de altíssima qualidade ao longo das décadas seguintes à fundação dessa publicação e ainda inspirou um grande número de estudiosos e pesquisadores, receio que uma grande parcela das gerações seguintes tanto na França quanto em outros países mereceriam eles próprios receber as duras críticas, pois em muitos casos fica patente a falta de rigor (se não à sua pesquisa ao menos no tocante à sua exposição e conclusões).

Como já registrei nas linhas anteriores, boa parte desta dura crítica ao que seria chamado de uma **HISTÓRIA TRADICIONAL** e também uma **HISTÓRIA POSITIVISTA**, proveniente da *Revista dos Annales*, destacaria as principais supostas fragilidades:

- *Estar centrada nos Indivíduos (quase invariavelmente os que se encontram no alto da pirâmide social e de poder) e, conseqüentemente, na visão do Herói;*
- *Estar baseada em Datas (Cronologia) de Fatos (Eventos) tidos como importantes (Históricos);*
- *Sujeitar-se quase integralmente à Narrativa dos Acontecimentos;*
- *Orientar-se pela Curta Duração dos Eventos;*
- *Estar estribada em Fontes Oficiais, as quais se reduzem praticamente aos documentos governamentais e aos da Igreja Oficial;*
- *Excluir da História os Povos não letrados;*
- *Concentrar-se em demasia nos Temas da Diplomacia, das Guerras, Governos – Realeza - e dos Parlamentos;*

¹³ - Para a ciência, o conceito é a definição rigorosa de um ou mais termos que se prestam ao entendimento do que está sendo comunicado, tratado. Tanto quanto possível, o conceito deve estar livre de ambigüidades. Nem sempre isso é possível, mas deve ser perseguido.

¹⁴ - Entenda-se crítica aqui como o escrutínio, o julgamento de um trabalho científico a partir de um tratamento que também deve ser científico. Isto é, a crítica nesse sentido é diferente da que empregamos no senso comum (em nosso cotidiano) com o sentido de rejeitar alguma coisa, contrariar, falar mal.

Assim se comportando, as concepções tradicional e positivista produziriam uma Historiografia sem sentido, ininteligível, ignorando um caminho muito mais consistente, conquanto muito trabalhoso, a saber:

- *Destacar as Estruturas e Conjunturas em lugar dos Acontecimentos, pois são estas dimensões que dão inteligibilidade à História;*
- *Enfatizar os Processos e os Atores Coletivos e não os Indivíduos;*
- *Voltar-se para os Eventos de Longa Duração a fim de identificar padrões que podem efetivamente explicar os fenômenos;*
- *Introduzir novos métodos explicativos a partir dos quais a Economia (História Econômica) teria de ser uma das fundamentais, uma vez que esta significa uma teia de relações que condicionam (quando não determinam) os próprios fenômenos investigados;*
- *Outros campos e métodos de investigação também estariam abertos como os das Mentalidades, Costumes e Cultura;*
 - *Abordar seu objeto pelo ângulo privado, isto é, das relações privadas (não públicas) como as da vida em Família e da vida cotidiana;*
- *Atentar para a Oralidade como uma fonte de dado a ser coletado tão ou mais importante que os registros oficiais;*
- *Introduzir o uso de Estatística para efeito de estudos de processos, conjunturas e estruturas.*

Esta turma de historiadores em torno da Revista dos Annales (*História Nova*) conseguiu sacudir profundamente o que era praticado na Historiografia Acadêmica, sobretudo pelo que foi capaz de rejeitar e de demonstrar as razões pelas quais rejeitava. A trajetória a seguir foi capaz de revelar certa unidade nas grandes linhas, mas, seguramente, uma leitura mais atenta de tudo que passou a ser pesquisado e publicado indica uma variedade bem significativa e, eventualmente, até contraditória¹⁵. Explico melhor. Por um lado propugnava-se que a inteligibilidade da história estaria no estudo dos fenômenos em uma perspectiva de longo prazo para que assim fosse

¹⁵ - Sendo tais contradições reconhecidas pelos próprios membros da Revista dos Annales em balanço autocrítico de quase meio século de sua fundação por meio da publicação do livro *História Nova*, organizado por Jacques Le Goff. Os próprios autores participantes da referida publicação apresentam artigos os quais revelam tendências bem díspares.

possível captar padrões e se reduzisse o erro de falsas associações entre os atores e os fatos contingentes aos quais estão ligados. Porém, não foram poucos os historiadores identificados (ou pertencentes) a tal grupo que caminharam para um extremo oposto buscando entender micro períodos, o que os confundiria com um historiador tradicional por aparentemente estarem ligado aos acontecimentos, ou até mesmo a um jornalista lidando com os fatos imediatos.

O movimento da *História Nova* influenciou várias gerações na França e fora dela, mas isso não é a mesma coisa do que afirmar que toda a historiografia produzida atualmente, mesmo em centros avançados nessa área, tenha sido por esta influenciada, ao menos não quanto ao conhecimento por esta produzido. Por outro lado, algumas das propostas por esta defendidas já na década de 30 do século XX paralelamente eram desenvolvidas em outras instituições, revelando que haveria um reconhecimento amplo e disseminado de historiadores de que a Historiografia teria passar por uma dura ruptura ou evolução para que fosse efetivamente útil e aproveitável.

O Fato e a Versão: amigos e inimigos da Ciência?

Atualmente, é muito popular entre estudantes a afirmação de que a “*História está apoiada no Fato*” e “*Os Fatos falam por si Só*”, como as frases do senso comum de sentidos contrários a exemplo de “*Cada um tem a sua Versão sobre o Fato*”. O fato, apenas para lembrar, é definido como se constituindo na **EVIDÊNCIA**, naquilo que não pode ser negado, podendo ser tanto alguma coisa de ordem material e sensível à visão e/ou audição e/ou tato e/ou toque do corpo. E pode ser igualmente de ordem imaterial, mas reconhecível por um grupo social a partir do significado impresso pelo comportamento e as atitudes das pessoas umas em relação às outras. Ao tratarmos da História estamos logicamente nos referindo ao *Fato Histórico*, isto é, o que uma dada comunidade científica aceita como tal e, portanto, não se está admitindo a princípio que todo e qualquer *Fato na História* seja um *Fato Histórico*. É nesse sentido que se diz que o historiador em certa medida interpreta os fatos que se tornarão históricos, embora haja aí alguma coisa de pretensiosa uma vez que em muitos acontecimentos os contemporâneos que desses participam direta ou indiretamente já os enxergam como uma importância transcendente¹⁶.

Por sua vez, a *Versão do Fato* é definida como o entendimento do observador (sua explicação pessoal), a qual pode ou não ser dotada de critério científico. Em uma perspectiva pouco ou nada científica, a versão está sujeita a alguma ordem de subjetividade ainda que mínima e sob a

¹⁶ - Não obstante há que se admitir que muitos fatos importantes são ocultos da quase totalidade da comunidade onde estão se desenvolvendo e somente se tornarão públicos e, conseqüentemente, fatos históricos após historiadores se interessarem pelo tema ao qual estão ligados e conseguirem identifica-los. Os segredos de Estado podem ser um exemplo, mas mesmo fatos públicos por natureza podem não ter sido publicizados ou percebidos como relevantes.

ótica rigorosamente científica a versão só é aceita a partir da *Abordagem Científica* que se imprime ao fato e mesmo de *Teoria*. Mais do que isso, a versão do fato se estrutura em grande medida pela mobilização de OUTROS FATOS os quais podem se articular de forma distinta oferecendo outro sentido, mas a Versão não pode ELIMINAR OS FATOS, à exceção de quando estes foram falsificados.

Voltemos ao exame do Fato Histórico *Proclamação da Independência do Brasil em Sete de Setembro de 1822 pelo Príncipe Regente Pedro de Bragança*. Quanto ao Fato na História, este só deixaria de sê-lo se houvesse uma nova pesquisa capaz de concluir que a data estaria errada, ou mesmo de que o Príncipe Regente não estivesse em São Paulo em tal dia ou mesmo que jamais tivesse feito pessoalmente tal gesto. Ademais, a Proclamação da Independência, sob um julgamento técnico rigoroso não é igual à Independência, aqui tomada em sua definição política e jurídica, pois aquele a quem o Brasil estaria conectado, ligado, ou mesmo dependente – Portugal – precisaria aceitar, e para aceitar precisaria estar informado. Outros países independentes, ao menos as potências existentes, precisariam reconhecer a Independência do Brasil a fim de que relações pudessem ser formalmente estabelecidas permitindo comércio, circulação de pessoas etc. Ademais, em estando informado, Portugal poderia não aceitar, mobilizando forças militares e fazendo esforços diplomáticos para impedir. Caso a independência seja analisada sob um ângulo da Economia, poder-se-ia afirmar, tal como enunciado por vários historiadores e cientistas sociais, de que o Brasil levou muito tempo para se tornar independente uma vez que precisou contrair grandes empréstimos externos para atender às necessidades elementares de um novo Estado. Tendo se endividado em relação à banca do país mais poderoso da época ficaria sujeito ao mesmo. De qualquer maneira, teríamos nesses exemplos o reconhecimento segundo o qual um *Fato Histórico Político e Jurídico* não será necessariamente o mesmo que um *Fato Histórico Econômico, ou Social*. Assim, a versão terá mais ou menos espaço quanto mais ou menos bem fundamentado estiver organizada a expressão do fato. Relembro o leitor de que o *Fato Histórico* pode ser composto de *Diversos Fatos na História*.

Porém, estritamente falando, se a *Versão do Fato* for de caráter científico poderá ser entendida como uma *Análise do Fato*, e, destarte, tal procedimento acaba gerando algum nível de interação entre *Sujeito (Análise) e Objeto (Fato)*. Portanto, se a fundamentação de novas pesquisas foi bem feita, os *Vários Fatos da História* (já conhecidos) talvez venham a ser

confirmados, mas, eventualmente, a análise poderá concluir que o Fato Histórico Político a estes atribuídos é inconsistente¹⁷.

Do que discorri no parágrafo anterior, entendo oportuno concluir que o Fato Histórico estará muito relacionado (e talvez dependente) do PROBLEMA DE PESQUISA e das PERGUNTAS que desejamos ver respondidas. Pequenas alterações na forma como estruturamos nossas dúvidas a respeito do conhecimento que perseguimos poderá levar a respostas diferentes. Com base no mesmo exemplo, volto a exemplificar. Teremos uma resposta provavelmente **negativa** à pergunta: “A *Proclamação da Independência do Brasil em Sete de Setembro de 1822* contou com a aceitação de Portugal tão logo este foi informado?” Desta negativa (*Portugal não aceitou inicialmente a Proclamação de Independência*), será então necessário também rejeitar a Proclamação da Independência como tendo sido um *Fato Histórico Político*? Longe disso, pois a partir da Proclamação em Sete de Setembro é que se tornou possível tomar outras decisões capazes de viabilizar a Independência, conquanto tendo de levar em conta a reação oficial de Portugal e de outros Atores Internacionais (Países e Personalidades relevantes).

A Teoria é Adversária do Fato?

Portanto, considerando que o conhecimento da História passa a ter uma possibilidade mais consistente a partir da elaboração cuidadosa de um roteiro, o qual vai da definição do problema, passando pela definição do objeto (a circunscrição do tema), definição do objetivo (o que a pesquisa se propõe a conhecer), da formulação de hipótese(s), da elaboração de questões orientadoras (especialmente, importante quando a pesquisa carece de hipóteses), teremos pela frente a TEORIA. Escrevendo de outra maneira: a concepção de história como ciência social entendeu que o conhecimento histórico seria considerado científico se a pesquisa estiver estribada em uma teoria.

Todavia, para que eu possa seguir adiante nessa explanação procurando responder à pergunta desse tópico, faz-se necessário esclarecer (minimamente) o que vem a ser teoria. Primeiramente, o termo é grego de origem e mesmo na Antiguidade significou coisas um tanto distintas, tais como “ação de contemplar”, “estudo”, “deputação solene que as cidades gregas mandavam às festas dos deuses”, como “opiniões sistematizadas”, “suposições”, “hipóteses”, etc. As três últimas se aproximam do sentido atual. Procuraremos enunciar teoria na seguinte sentença: um conjunto de princípios e de ideias sustentado logicamente sobre determinado tema que é considerado consistente por um número indefinido de pessoas e aberto para compartilhamento e crítica por outras, conquanto estes princípios e ideias nem sempre tenham sido demonstrados

¹⁷ - Desejo deixar claro que ao dar como exemplo a Proclamação da Independência não estou entrando em um debate sobre a mesma, porém tentando ajudar o leitor a pensar o objeto de estudo com postura científica.

empiricamente. Em termos científicos, a teoria está sempre em busca da confirmação, ou seja, sua validade repousa não somente em sua lógica interna, mas, sobretudo em sua capacidade de ser validada pela experiência. Talvez a teoria possa ser mais bem entendida como uma versão mais sofisticada sobre os fatos conhecidos e/ou os ainda não conhecidos.

E ficarei pouco surpreso caso você se pergunte se na forma que enunciei o termo a teoria também não se torna sinônimo de hipótese. Há uma grande interpenetração entre as duas palavras, mas não concluiria que sejam rigorosamente equivalentes. Quase invariavelmente a teoria que orienta determinada busca do conhecimento é dotada de alguma certeza interna como se vários de seus componentes (se não integralmente) fossem consistentes e provados (ao menos logicamente). Contudo, se tal teoria se pretende científica, seu horizonte estará sempre na necessidade da demonstração empírica. Em certos casos seria muito oportuno que a busca do conhecimento científico não dispusesse de uma teoria, mas de alguns referenciais (os quais poderiam até mesmo mobilizar uma ou mais teorias).

Na ciência, a teoria jamais poderá ser inimiga do fato se este for entendido como o campo do empírico, isto é, da experiência concreta. Seja a experiência concreta localizada no plano físico quanto no plano social (das relações sociais, das instituições sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas, etc.). Desse modo, a teoria procura a contribuir para que o(s) fato(s) possa(m) ser mais bem compreendido(s), porque o fato por si só não tem voz. Este necessita da explicação, e a explicação é a mobilização de uma série de argumentos (ideias) articulados que objetivam concluir o porquê das coisas (os objetos que procuramos conhecer) serem como são.

Causalidade ou Influências

Apesar de ter se tornado um lugar comum nas ciências sociais a afirmação de que estas carecem de causas para os fenômenos estudados uma vez que a causalidade¹⁸ seria alguma coisa típica das ciências naturais (todo efeito tem uma causa que o antecede), é igualmente certo que tais ciências estão rigorosamente interessadas em demonstrar os fatores a condicionar o fenômeno investigado, que também são conhecidos pelo termo determinante, ou simplesmente influências. A causa inexistiria nas ciências sociais para um fenômeno estudado porque esta palavra quer dizer uma condição *necessária e suficiente*, uma lei, algo praticamente impossível de se verificar nesta área de estudos, pois a sociedade é uma construção humana, feita pelo animal racional (o qual, também, tem ações irracionais baseadas nas emoções). A despeito de uma aceitação pelos cientistas sociais quanto à inexistência de causas, uma ampla corrente de historiadores como de cientistas sociais passou a valer-se do uso da matemática e da estatística para suas pesquisas e tal emprego se deve ao pressuposto de que muitos eventos escapam à

¹⁸ - A causalidade nas ciências físico-naturais está diretamente ligada à formulação de leis, como é o caso, por exemplo, da lei da gravidade.

simples explicação das intenções e razões parecendo-se muitos aos fenômenos naturais. Exigiriam um alto grau de formalização para que pudessem ser esclarecidos.

No caso específico da história, a temporalidade é uma dimensão sempre tida em conta. Há um ou muitos antecedentes aos fatos investigados e sempre se estará procurando conhecer o que do passado do evento tenha sido responsável, determinando, ou mais humildemente INFLUENCIADO. Contudo, há de se ter presente a possibilidade ainda que remota de um dado objeto de estudo não ter sido influenciado por qualquer coisa passada.

Bem, para operacionalizar a pesquisa das ciências sociais e da História (admitindo-se esta como outra ciência social) os recursos têm equivalências com o das outras ciências. A fim de entender as relações entre os elementos (fenômenos) estudados, estes são definidos como atributos (quando supostamente meramente qualitativos), ou variáveis (quando quantitativos). De certa forma, mesmo quando definidos como qualitativos cada vez mais se observa o emprego do termo variável (is). E o nome diz tudo. O que está sendo estudado varia, sofre alterações, formando assim uma distribuição. Por exemplo, para a ciência econômica, a variável exportação de bens de um determinado país para outro variará ao longo do tempo (semana, mês, ano) tanto no valor monetário quanto volume físico¹⁹. Emprega-se o termo variável dependente para o objeto que escolhemos estudar e independente a que escolhemos para verificar como afeta ou não a outra.

Chegando ao Fim; por enquanto

Tentando encerrar esse documento, o qual provavelmente pretendeu mais do que foi capaz de dar nesse número de páginas, gostaria de frisar que a Historiografia pode ser praticada como *mera Narrativa*²⁰ sem se caracterizar como uma ciência social, mas mesmo assim ser muito útil para o conhecimento rigoroso do que se propôs a explicar desde que seus responsáveis tenham no horizonte o compromisso com a verdade. Contudo, pode também ser uma narrativa combinada a outros métodos que a fazem ser reconhecida como uma ciência social. Creio que os dois caminhos estão em aberto e podem gerar bons frutos.

Na medida, portanto, que membros fundadores do movimento da Revista dos Annales propuseram à Historiografia que esta se constituísse em uma ciência social talvez esta disciplina tenha se deparado com o desafio de ser alguma coisa rigorosamente diferente das demais (de uma Sociologia, de uma Antropologia, de uma Economia e por aí vai), ao mesmo tempo em que ombreando as outras na condição de ciência social. E seria diferente sendo uma História

¹⁹ - Porém, os elementos de uma variável podem se apresentar constantes em um determinado tempo.

²⁰ - Digo mera narrativa se, por exemplo, determinada obra da História fazendo a biografia do líder da Revolução Inglesa de 1640, Oliver Cromwell, descrever a vida dessa personalidade sem outra preocupação que não seja a de contar a vida dele ao leitor.

Econômica, uma História Social, uma História Política? Acrescentar o termo História às demais ciências lhe conferiria um status científico distinto, com identidade própria? Fico inclinado a acreditar que boa parte da Historiografia desenvolvida a partir de então se tornou muito mais interpenetrada com tais ciências sociais e humanas.

E por último externo a consciência que tenho sobre o assunto. Se alguém se propõe a entender relações sociais presentes ou passadas para além de simplesmente fazer um relato interessante para quem se dispuser a ler, toda e qualquer probabilidade de êxito exigirá um trabalho anterior à investigação, que é o de sua preparação, da definição do que se vai desejar conhecer. Isso exige alguma edição, ou melhor, um método de aproximação do tema e uma reflexão cuidadosa. Da enunciação de possíveis respostas, conquanto provisórias (as hipóteses). Ora, na medida em que esta obra é típica do ser humano racional sendo ele próprio seu objeto, ele tem a capacidade mental de se antecipar aos fatos, mesmo quando comete equívocos. O importante é estar preparado para errar e entender o erro como parte do processo de conhecimento. Chame-se a isso de ciência ou outra coisa qualquer.

***RUI TAVARES MALUF** é professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde leciona desde 2006. Na mesma instituição é coordenador do curso de Pós Opinião Pública e Inteligência de Mercado (OPIM). Doutor em Ciência Política (USP, 2006) e Mestre em Ciência Política (UNICAMP, 1993). Sócio-diretor de Processo & Decisão Consultoria.

Agradecimento

Desejo agradecer ao meu monitor Rafael Rodrigues Costa, aluno do curso de Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP), pela leitura atenta desse documento a qual apontou lacunas e equívocos. Qualquer outro problema é de minha inteira responsabilidade.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter – A Escola dos Annales (1929-1989). Unesp. São Paulo.

CARDOSO, Ciro Flamarion e Hector Brignoli – Os Métodos da História. Graal. 1982.

LE GOFF, Jacques (org) – A História Nova. Martins Fontes. São Paulo. 1990.

PINSKY, Jaime – Por que gostamos de História. Editora Contexto. São Paulo. 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei e Maciel Henrique Silva – Dicionário de Conceitos Históricos. Editora Contexto. São Paulo. 2005.
